



Tarso Genro (à esquerda, ao lado de Demostenes) negou que tenha havido viés político na ação da Polícia Federal

Tarso admite erros na Operação Castelo de Areia

O ministro da Justiça, Tarso Genro, admitiu à Comissão de Justiça possíveis erros da Polícia Federal na Operação Castelo de Areia, realizada para apurar denúncias de crimes financeiros que teriam sido cometidos por diretores da Camargo Corrêa. Mas negou viés político nas investigações, apesar do vazamento de informações sobre doações a partidos políticos. **4 e 5**

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br/jornal

Ano XV – Nº 3.008 – Brasília, quarta-feira, 29 de abril de 2009

Comissão aprova isenção total do IR aos 70 anos

A Comissão de Assuntos Econômicos aprovou ontem projeto de Efraim Morais que concede isenção progressiva do Imposto de Renda Pessoa Física a partir dos 66 anos de idade. O benefício valeria para a faixa de rendimentos até R\$ 3.800. **7**

Dinheiro por terras para reforma agrária

Terras que não atendam aos critérios de desapropriação por interesse social poderão ser pagas em dinheiro, no prazo de 90 dias. Essa medida está prevista em projeto de Raimundo Colombo aprovado pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. **8**

Audiência debate lei ambiental e agronegócio

Audiência conjunta das 11 comissões permanentes debate hoje, no Plenário, a definição das áreas de proteção permanente no país. **2**



Ideli (à Mesa, entre Colbert Martins e Thelma Krug) preside audiência da Comissão Permanente sobre Mudanças Climáticas

Clima de parte da Amazônia pode se tornar semiárido

A pesquisadora do Inpe Thelma Krug defendeu a importância da preservação das florestas para conter alterações do clima. **2**

Brasil deve ter maior bancada no Parlasul

Brasil e Argentina ampliarão bancadas no Parlamento do Mercosul. Processo ocorrerá em duas etapas. **3**

Pré-escola pode chegar a todos até 2014, diz Haddad

Universalização será alcançada se ritmo atual de expansão for mantido, afirma ministro da Educação. **6**



No Plenário, os senadores discutiram a forma de examinar os vetos presidenciais e votaram indicação para embaixada

Acordo prevê exame dos vetos em duas etapas

Senadores e deputados devem analisar, na próxima quarta-feira, os vetos presidenciais sobre os quais há consenso. No dia 13, poderão decidir sobre os considerados mais polêmicos. O acordo, obtido depois de debate em Plenário, provocou o adiamento da sessão do Congresso prevista para ontem à noite. **5**

Em reunião promovida pelas 11 comissões permanentes, senadores e especialistas debatem, a partir das 9h, o alcance territorial da legislação florestal e indigenista e seu reflexo na atividade econômica

No Plenário, audiência sobre lei ambiental e agronegócio

COM A PRESENÇA de especialistas e autoridades do governo, as 11 comissões permanentes do Senado se reúnem hoje no Plenário, em audiência pública a partir das 9h, para debater a definição das áreas de proteção permanente (APPs) e o alcance territorial da legislação ambiental e indigenista em vigor no Brasil e suas implicações no agronegócio.

A discussão deverá incluir o Código Ambiental adotado pelo estado de Santa Catarina, que resultou na diminuição da faixa de proteção permanente de córregos, rios e nascentes, contrariando o Código Florestal Brasileiro. O ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, já anunciou que pretende questionar a medida no Supremo Tribunal Federal (STF).

Autora de um dos requerimentos para realização da audiência, a senadora Kátia Abreu (DEM-TO), também presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, acredita que a reunião deverá priorizar a gestão das áreas de proteção permanente. Recente estudo da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) concluiu que o alcance da legislação ambiental e indígena inviabiliza a ampliação das áreas destinadas à produção de alimentos ou de energia.

Já a senadora Marina Silva (PT-AC), ex-ministra do Meio Ambiente, não



Discussão vai se estender sobre áreas de proteção permanente, como mananciais

acha que os cientistas devem nortear as conclusões dos parlamentares sobre áreas de proteção permanente. A seu ver, apesar de o campo acadêmico oferecer uma importante contribuição, pode também equivocar-se. Ela cita como exemplo a verdade científica dos anos de 1930, quando se acreditava que o DDT não era perigoso. Estudos posteriores constaram o risco do produto, que acabou banido das lavouras em

vários países. Para o debate, foram convidados Gustavo Ribas Curcio, doutor em Engenharia Florestal e pesquisador da Embrapa Florestas, que tratará do tema "Definição de Áreas de Proteção Permanente (APPs): Uma Proposta de Parâmetros"; e Evaristo Eduardo de Miranda, doutor em Ecologia e pesquisador da Embrapa Monitoramento por Satélite, que abordará o "Alcance Territorial da Legislação Ambiental e Indigenista: Implicações para o Agronegócio".

Também estarão presentes Adalberto Veríssimo, do Instituto do Homem e do Meio Ambiente da Amazônia (Imazon); Márcio Santilli, do Instituto Socioambiental (ISA); Antônio Herman Benjamin, ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ); Márcio Meira, presidente da Funai; Samanta Pineda, advogada socioambiental; Ricardo Arioli Silva, engenheiro agrônomo; e Tasso Azevedo, representante do Ministério do Meio Ambiente.

Os requerimentos da audiência pública são também de autoria dos senadores Valter Pereira (PMDB-MS), Serys Shhessarenko (PT-MT), Paulo Paim (PT-RS), Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), Rosalba Ciarlini (DEM-RN), Marina Silva, Fátima Cleide (PT-RO), Marcelo Crivella (PRB-RJ), Eduardo Suplicy (PT-SP), Gilberto Goellner (DEM-MT) e Leomar Quintanilha (PMDB-TO).

"Amazônia pode ter clima semiárido como o do Nordeste"

A pesquisadora do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), Thelma Krug, defendeu ontem, em reunião da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (CMMC), a importância da preservação das florestas como forma de mitigar os avanços das alterações do clima no planeta. Ela ressaltou ser imprescindível que se reduza drasticamente o uso de combustíveis fósseis, como o petróleo e seus derivados, os grandes responsáveis pela emissão de dióxido de carbono (CO2) para a atmosfera.

Na reunião, presidida pela senadora Ideli Salvatti (PT-SC), Thelma Krug explicou que projeções de futuro já preveem cenários que apontam para a "savanização" de parte da Amazônia, como consequência das mudanças climáticas. Nesse cenário, a região amazônica passaria a ter clima semelhante ao do semiárido, que caracteriza o Nordeste. O aumento da temperatura não seria muito maior que dois graus centígrados, porém já traria graves problemas para a Floresta Amazônica. Algumas culturas brasileiras estariam



Ideli Salvatti (C), presidente do colegiado, acompanha exposição de Thelma Krug, do Inpe

ameaçadas porque não poderiam adaptar-se a uma temperatura mais elevada ou a um regime de menor precipitação pluvial.

Os cenários mais pessimistas preveem ainda uma intensificação das áreas de seca no semiárido brasileiro e, de outra parte, maiores inundações no Sul do Brasil.

– Temos que ter essa preocupação com fenômenos que são naturais, como é o caso de *El Niño* e *La Niña*,

que estariam sendo intensificados com a mudança do clima. Nós conhecemos os impactos desses eventos naturais, principalmente nas regiões Norte e Sul do país, com seus efeitos distintos: secas na parte Norte do Brasil e inundações na parte Sul – disse Thelma Krug. A pesquisadora foi titular da Secretaria Nacional sobre Mudança do Clima e Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente, na gestão da senadora Marina Silva (PT-AC).



Expedito Júnior defende cessão de terrenos do estado às famílias que moram na área

Expedito Júnior (PR-RO) fez ontem, em discurso, um apelo ao ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, para que tenha "bom senso" na retirada

Expedito Júnior pede "bom senso" na retirada dos posseiros de Bom Futuro

dos posseiros da Floresta Nacional de Bom Futuro, em Rondônia. Segundo o senador, quase 10 mil pessoas, ou 3 mil famílias, vivem na área e haverá "derramamento de sangue" se a saída não for negociada.

O parlamentar defendeu a permanência das famílias no local, observando que já estão instaladas, abrindo estradas e construindo vilas, escolas, igrejas e postos de saúde. Na sua opinião, erraram os governos que

permitiram a invasão à floresta, mas também vai errar quem tentar retirar o povo sem negociar uma saída que agrade a todos e que permita aos posseiros sustentar suas famílias.

Uma proposta de Expedito Júnior, que está em negociação, é a cessão de outros terrenos do estado como compensação pela permanência das famílias em parte da reserva florestal.

– Queremos respeito à população e ao estado – salientou.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário homenageia dom Hélder

A sessão, às 14h, é deliberativa. A hora do expediente será em homenagem a dom Hélder Câmara, pelo transcurso do centenário de seu nascimento. Durante a cerimônia haverá o lançamento da reedição do livro *Dom Hélder: O Artesão da Paz*, organizado por Raimundo Caramuru Barros e Lauro de Oliveira e a obliteração de selo alusivo à comemoração. Às 16h, deve ter início a ordem do dia. A pauta está trancada por seis medidas provisórias transformadas em projetos de lei de conversão.

Sarney recebe presidente do Ipea

O presidente do Senado, José Sarney, recebe às 10h30 o presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Marcio Pochmann. Às 11h, encontra-se com o ministro da Justiça, Tarso Genro, para a entrega dos projetos que compõem o Pacto Republicano.

Áreas de proteção permanente

Às 9h, no Plenário, acontece audiência pública conjunta das comissões do Senado para analisar a definição de áreas de proteção permanente (APPs), o alcance territorial da legislação ambiental e indigenista e as implicações para o agronegócio. Entre os convidados, estão o engenheiro florestal Gustavo Ribas Curcio e o ecologista Evaristo Eduardo de Miranda, ambos pesquisadores da Embrapa; e o presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Márcio Meira.

Exposição e documentário

Após a sessão, ocorre a abertura da exposição *Dom Hélder Câmara: Memória e Profecia no seu Centenário: 1909/2009*, no Salão Branco. Às 19h, no Auditório Petrônio Portella, ocorre a pré-estreia do documentário *Dom Hélder Câmara: O Santo Rebelde*, dirigido por Erika Bauer.

Na CRE, debate sobre Colômbia

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) promove, após a ordem do dia, audiência pública com a presença da senadora colombiana Piedad Córdoba Ruiz – que lidera campanha mundial em favor de um acordo com os guerrilheiros da Colômbia – sobre a participação do Brasil em missão humanitária naquele país.

Capital estrangeiro na educação

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) realiza, às 10h, audiência sobre participação de capital estrangeiro nas instituições educacionais. Estão convidados o secretário de Educação Superior do Ministério da Educação, Paulo Wollinger; o diretor técnico da Associação Brasileira de Mantenedoras do Ensino Superior (ABMES), Antonio Carbonari; e a presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE), Lúcia Stumpf.

CCJ discute maioria penal

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) se reúne – após a audiência pública conjunta em Plenário – para votar 41 itens. Na pauta de votações, duas propostas de emenda à Constituição (PECs): a que reduz para 16 anos a idade para imputabilidade penal; e a que dá competência privativa ao Senado Federal para aprovar processo sobre demarcação de terras indígenas. O primeiro projeto a ser analisado amplia os direitos da pessoa portadora de deficiência.

Virgílio deseja a Dilma Rousseff recuperação completa da saúde

O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), manifestou preocupação com a saúde da ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, que removeu um pequeno linfoma da axila esquerda. O senador prestou solidariedade à ministra e revelou-se profundamente tocado pela situação. “Eu me condoço muito”, declarou, desejando que Dilma Rousseff vença completamente a doença e continue “servindo ao país”.

Arthur Virgílio também comentou pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontando mais de 2 milhões de desempregados nas seis principais regiões metropolitanas, a pior marca dos últimos 18 meses. Para ele, se a pesquisa tivesse sido feita em todas as regiões do país, o número de desempregados cresceria “em muitos milhões”.

O senador solicitou à Mesa que recebesse pronunciamento sobre a visita, em seu gabinete, de Fernando Peixoto, oficial-aviador punido pelos atos de exceção do regime militar. Peixoto informou a Virgílio que, dos 82 oficiais-aviadores atingidos pelos atos institucionais, apenas 19 ainda estão vivos, os quais reivindicam anistia.



Virgílio cita números do IBGE sobre avanço do desemprego no país

Geraldo Magela

Acordo acertado ontem estabelece a proporcionalidade atenuada, a ser articulada simultaneamente à criação do Tribunal de Justiça do Mercosul

Brasil terá a maior bancada no Parlasul

O PARLAMENTO DO Mercosul aprovou o acordo político que permitirá estabelecer o critério de proporcionalidade atenuada para as eleições de futuros representantes das nações do bloco. Os dois países mais populosos – Brasil e Argentina – terão bancadas ampliadas, embora em duas etapas. Em troca, ambos atenderam à reivindicação paraguaia de criar o Tribunal de Justiça do Mercosul e aumentar os poderes do Tribunal Permanente de Revisão (TPR) do bloco.

Com o fortalecimento da esfera judicial do Mercosul, os paraguaios pretendem garantir aos países menores uma possibilidade de recurso para solução de controvérsias. O aumento de bancadas dos dois maiores países e a criação do tribunal serão articulados simultaneamente.

Segundo o entendimento, o Brasil deverá eleger 37 parlamentares em 2010, caso se aprovem, até o final de setembro deste ano, no Congresso Nacional, as normas que regerão essas eleições. Somente em 2014, quando se conclui a etapa de transição para o estabelecimento do novo parlamento, deverão ser eleitos os 75 parlamentares a que o Brasil teria direito.

A Argentina deverá escolher 26 representantes em 2011 e, ao final da etapa de transição, passaria a eleger 43. Paraguai e Uruguai manterão as suas bancadas atuais, de 18 parlamentares cada um.

– Em um momento de crise, demonstramos um compromisso de austeridade, com redução de despesas, para que nosso parlamento nasça com legitimidade – disse Aloizio Mercadante (PT-SP).

Serão avaliadas, de acordo com o projeto aprovado, propostas de modificação do Protocolo de Olivos, com o objetivo de dotar o TPR de novas atribuições, como a garantia de condição vinculante às opiniões consultivas emitidas pelo tribunal, localizado em Assunção. O presidente da Representação Paraguaia, González Núñez, classificou o acordo como um “documento histórico”.

– Este é um passo gigantesco para a consolidação de uma verdadeira integração, onde possamos nos submeter a uma norma comum – afirmou.

O presidente do Paraguai, Fernando Lugo, também reiterou a defesa da instalação de um tribunal de Justiça do Mercosul, com sentenças “vinculantes para todos”.



Parlamento acolhe acordo determinando ampliação das bancadas brasileira e argentina em duas etapas

Moreira Mariz



Palestinos e judeus vivem em paz no Brasil, afirma Suplicy

Suplicy: país pode ajudar em solução de conflito

Eduardo Suplicy (PT-SP) cobrou do governo e do Congresso empenho na busca de soluções para pôr fim à violência entre palestinos e israelenses. Na avaliação do senador, o fato de judeus e árabes conviverem pacificamente no Brasil daria ao país condições para realizar mediações com vistas à extinção do conflito no Oriente Médio.

– É fundamental ajudar na solução dos problemas que vive o Oriente Médio. Tal situação repercute em todo o mundo, e em nosso país, onde há milhões de descendentes de árabes e judeus.



Crivella: judeus renasceram desde Abraão

Crivella celebra os 61 anos de Israel

Os 61 anos da criação de Israel foram comemorados por Marcelo Crivella (PRB-RJ). Ao homenagear “esse povo [os judeus] que renasce desde a época de Abraão, Isaac e Jacó”, o parlamentar recordou que o país foi instituído em 1948, por decisão da Organização das Nações Unidas (ONU).

– Esse povo já esteve em primeiro lugar na fila de ódio do maior demagogo da história – lembrou o senador, referindo-se ao massacre de judeus durante a 2ª Guerra Mundial e a Adolf Hitler.

Ideli garante que país está preparado para enfrentar gripe suína

Ideli Salvatti (PT-SC) registrou uma série de medidas tomadas pelo governo visando combater um possível surto de gripe suína no país.

Entre as providências, a senadora citou a constituição de gabinete de acompanhamento diário da doença, formado por representantes do Ministério da Saúde, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; a colocação em alerta de todas as secretarias de Saúde do país para detectar e monitorar casos suspeitos; e a disponibilização de mais de 9 milhões de doses do antiviral Tamiflu, com efeito comprovado contra a gripe.

Ideli enfatizou a necessidade de se tranquilizar a população, sem deixar que se alastre o pânico. Reafirmou que o governo já tomou as medidas necessárias e está preparado para enfrentar a doença. Ela criticou o uso da expressão “gripe suína”, utilizada para denominar a atual virose no México e nos Estados Unidos, pelos efeitos prejudiciais que pode ter para as exportações de carne de porco. “Não se contrai essa doença pelo consumo da carne suína”, ressaltou.



O governo federal já tomou as devidas providências, diz Ideli

Waldemir Borreto

Guarani será uma das línguas oficiais do bloco

O idioma guarani – falado por cerca de 10 milhões de pessoas que vivem em regiões do Paraguai, Argentina, Bolívia e Brasil – deverá ser uma das línguas oficiais do Mercosul. Esse é o objetivo de projeto de declaração aprovado ontem pelo Parlasul. O projeto contém uma recomendação ao Conselho do Mercado Comum para que o guarani seja considerado língua de trabalho, ao lado do espanhol e do português.

O projeto, cuja relatoria foi de Marisa Serrano (PSDB-MS), já havia recebido parecer favorável da Comissão de Educação, Cultura, Ciência, Tecnologia e Esportes do Parlasul. A senadora informou que o guarani é bastante falado na região de fronteira de seu estado, Mato Grosso do Sul, com o Paraguai. Autor da proposta, o paraguaio Hector Lacognata disse que a aprovação da matéria é resultado de quase 15 anos de “reivindicações e lutas de

um sem-número de organizações públicas e privadas da região”. Ele observou que o guarani já é uma das línguas oficiais do Paraguai, ao lado do espanhol. Conforme o último censo realizado no país, em 2002, foi constatada – segundo o parlamentar – a presença de 50% de falantes de guarani, 25% de bilíngues em espanhol e guarani e menos de 10% de falantes unicamente de espanhol.

Cooperativas

Também foi aprovado pelo parlamento o Estatuto das Cooperativas do Mercosul. A proposta tem como objetivo a harmonização das legislações existentes sobre o tema em cada país do bloco e de políticas públicas para o setor de cooperativas, além da complementação de atividades produtivas e da promoção da liberdade de circulação e da instalação de cooperativas na área.

Novo embaixador na Indonésia

O Plenário do Senado Federal aprovou ontem a indicação, pelo presidente da República, do diplomata Manuel Innocencio de Lacerda Santos Júnior para ocupar o cargo de embaixador do Brasil junto à República da Indonésia. A indicação foi acolhida com 39 votos favoráveis, 3 contrários e 1 abstenção.



Suplicy, durante a sessão, entre Piedad Córdoba (D) e uma assessora da senadora

Geraldo Magela

Senadora colombiana de oposição visita o Plenário

A senadora colombiana Piedad Córdoba visitou o Senado na tarde de ontem. No Plenário, ela foi saudada por Eduardo Suplicy (PT-SP), Ideli Salvatti (PT-SC) e Serys Sihessarenko (PT-MT).

Piedad veio ao país para agradecer as autoridades brasileiras pela colaboração

nas operações que levaram à libertação de reféns das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc).

Hoje, a senadora colombiana participará de audiência pública na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. A audiência será após a ordem do dia do Plenário.



Epitácio Cafeteira manifesta temor de "calamidade" no estado

Maranhão precisa da ajuda do Brasil, alerta Cafeteira

Epitácio Cafeteira (PTB-MA) disse que o Maranhão "está precisando do auxílio do Brasil inteiro", tendo em vista os estragos provocados pelas chuvas que caem no estado. Ele cobrou ajuda do governo federal e relatou prejuízos nos municípios de Trizidela do Vale e Pedreiras.

Dirigindo-se ao presidente do Senado, José Sarney, Cafeteira lembrou que a Câmara dos Deputados pretende enviar uma comissão ao Maranhão. Alertando para a possibilidade de "uma calamidade", o senador insistiu na necessidade de ajuda.

Após o pronunciamento de Cafeteira, Sarney pediu que o governo federal multiplique o apoio dado ao Maranhão e disse que está sentindo falta da solidariedade manifestada pela população diante de tragédias em outros estados brasileiros.

Em apertês, diversos senadores expressaram solidariedade.



Mão Santa pede ajuda de militares para reconstruir pontes e estradas

Mão Santa: Piauí sofre mais por ter o pior governo

Mão Santa (PMDB-PI) pediu ao presidente Lula que dê ao Piauí e a outros estados do Nordeste que enfrentam grandes cheias a mesma atenção que dedicou a Santa Catarina, quando enfrentou problema semelhante. O senador solicitou a ajuda das Forças Armadas, citando os batalhões de Engenharia do Exército, para auxiliar na reconstrução de pontes e estradas, e da Marinha, para socorrer as regiões alagadas.

O parlamentar disse ter procurado os ministros de seu partido para obter ajuda para seu estado. Ele mencionou os ministros da Integração Nacional, Geddel Vieira Lima; da Saúde, José Gomes Temporão; e da Agricultura, Reinhold Stephanes. Para Mão Santa, o Piauí é o estado que mais sofre com a crise, por ter o pior governo. Informou ainda que a hidrelétrica de Boa Esperança foi obrigada a abrir suas comportas e muitas cidades estão sofrendo.

Ministro da Justiça foi ouvido pela Comissão de Justiça sobre investigação de denúncias de crimes financeiros cometidos por diretores de empreiteira. Segundo o diretor-geral da Polícia Federal, o juiz Fausto de Sanctis vazou à imprensa dados sobre a apuração do caso

Tarso Genro admite erros, não viés político, na Operação Castelo de Areia

O MINISTRO DA Justiça, Tarso Genro, admitiu, em audiência pública na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), possíveis erros na Operação Castelo de Areia, realizada pela Polícia Federal (PF). Mas negou a existência de viés político nas investigações de denúncias de crimes financeiros que teriam sido cometidos por diretores da construtora Camargo Corrêa.

Tarso Genro refutou a acusação de que a PF atue como polícia política.

A prova, observou, é que o total dos inquéritos com relação a políticos e a partidos não chega a 2%. No entanto, admitiu a existência de erros no curso das investigações, ao envolver nomes não somente de políticos de oposição, mas também de alguns ligados ao governo.

O ministro e o diretor-geral da Polícia Federal, Luiz Fernando Corrêa, se solidarizaram com o senador José Agripino (DEM-RN), citado como suposto beneficiário de doações irre-

gulares para campanha eleitoral.

Agripino lembrou que, tão logo soube do vazamento das informações, mostrou documentos comprovando que as doações foram feitas legalmente. E ressaltou que o vazamento à imprensa atingiu sua imagem, apesar da sua inocência. Por isso, quis saber quem vazou as informações.

Luiz Fernando Corrêa disse que foi o juiz Fausto de Sanctis, responsável pelo inquérito, quem deflagrou o vazamento, depois que resolveu encer-

rar o sigilo do inquérito, obedecendo a determinação do Supremo Tribunal Federal. A decisão, frisou Corrêa, também é nossa – resumiu o diretor-geral.

O senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) criticou a exposição pública de pessoas presas pela PF. Tarso Genro concordou e condenou o que chamou de "prisões-espetáculos".



Ao lado de Demostenes Torres, Tarso Genro (E) fala à CCJ sobre operação da Polícia Federal. José Agripino (2º, à esquerda, na segunda foto) protestou contra vazamento de informações



Objetivo da PF era investigar crime financeiro, diz ministro

O objeto da Operação Castelo de Areia, da PF, são crimes financeiros e não possíveis irregularidades nos financiamentos de campanha, garantiram, em audiência na Comissão de Justiça, o ministro Tarso Genro e Luiz Fernando Corrêa. A ação da Polícia Federal resultou na prisão de quatro diretores da empresa Camargo Corrêa acusados de evasão de divisas, crimes contra o sistema financeiro e fraude em licitações.

De acordo com Corrêa, o relatório

de 250 páginas da Polícia Federal, divulgado no dia da operação (25 de março) pelo juiz Fausto de Sanctis, traz apenas quatro páginas sobre financiamento de campanha. Tarso Genro afirmou que, a partir do momento em que o assunto de financiamento de campanha virou notícia, o debate "perdeu o foco".

Conforme o ministro, o documento cita a arrecadação de recursos para campanhas como operações normais dentro de uma investiga-

ção. Os financiamentos, disse ele, serão checados e podem ser legais ou não.

Tarso Genro e Luiz Fernando Corrêa ressaltaram que o juiz, e não a Polícia Federal, é a fonte das informações a respeito das investigações.

– A operação e a prisão dos diretores da Camargo Corrêa foram precedidas de um ano de investigações e não vazou uma linha da Polícia Federal. O inquérito saiu da

PF para o Ministério Público e para a Justiça – observou.

O ministro reafirmou que a Polícia Federal somente faz escuta telefônica com autorização judicial. Quem realizar escuta ilegal será punido, frisou Tarso Genro. Ele lembrou que o governo federal já enviou projeto para regulamentação das escutas telefônicas ao Congresso, que deverá tramitar em conjunto com proposta do senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) sobre o assunto.

Serys defende avanço da Ferronorte até Cuiabá

Serys Silhessarenko (PT-MT) defendeu ontem o prolongamento da Ferronorte até Cuiabá, como forma de favorecer o escoamento da produção agrícola de Mato Grosso, terceiro maior produtor nacional de carne, algodão e soja.

A senadora informou que as obras da ferrovia, que parte de Santos (SP) e vem sendo feita por etapas, estão concluídas entre os municípios de Alto Taquari e Alto Araguaia, devendo avançar agora até Rondonópolis, todos no Mato Grosso. Serys disse que a extensão da ferrovia até Cuiabá poderia ser feita com recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

– O PAC já garantiu investimentos importantes para a capital e não pode deixar de garantir mais esse.



Serys afirma que prolongamento da ferrovia vai beneficiar escoamento da produção

Paim quer incentivo para exportadoras

Paulo Paim (PT-RS) anunciou a disposição de apoiar mudanças na MP 449/08, de modo a beneficiar as empresas exportadoras com a utilização do crédito-prêmio do IPI. O incentivo, criado em 1969, vem sendo objeto de controvérsias judiciais e administrativas.

Assim como o relator da matéria, Francisco Dornelles (PP-RJ), Paim entende que o crédito-prêmio pode aliviar o caixa das exportadoras no momento em que a crise global reduziu o comércio exterior. Ele disse falar em nome de empresários, prefeitos, vereadores e líderes sindicais de municípios vinculados a exportações nos setores couro-calçadista, madeireiro, moveleiro, de celulose e de soja, entre outros.



Paim diz que crédito-prêmio do IPI pode aliviar caixa das empresas de comércio exterior

Cristovam: é corrupção trocar escola por bolsa

Cristovam Buarque (PDT-DF) chamou ontem a atenção para o caráter "corrupto" de certas práticas sociais e políticas no Brasil. Como num círculo vicioso, o senador situou a degradação decorrente do analfabetismo, por exemplo, como fruto das ações da classe dirigente e da sociedade, o que dilui e disfarça a responsabilidade do país pelas mazelas que produz.

O parlamentar elegeu o que ele considera as duas mais importantes formas de corrupção: a substituição da escola, que seria uma escada para a ascensão social, pela rede de proteção de programas como o Bolsa Família, e a omissão do Congresso Nacional em sua tarefa de mudar o país.



Cristovam condena omissão do Congresso e substituição de escola por rede de proteção social

Congresso adia exame de vetos

Decisão sobre os 1.158 dispositivos deve ser tomada em duas sessões nas duas próximas quartas-feiras, por sugestão de parlamentares

POR SUGESTÃO DE senadores, o presidente do Senado, José Sarney, adiou e dividiu em duas sessões a votação de vetos do presidente da República a projetos de lei aprovados pela Câmara dos Deputados e pelo Senado. A sessão do Congresso Nacional destinada a votar os vetos estava marcada para as 19h de ontem.

Na próxima quarta-feira, serão votados os vetos sobre os quais há consenso e, na quarta-feira seguinte, irão a Plenário os vetos considerados polêmicos. Entre estes, o veto à emenda apresentada pelo senador Paulo Paim (PT-RS) à Medida Provisória 288/2006, garantindo para as pensões e aposentadorias da Previdência o reajuste de 16,67%, concedido ao salário mínimo em 2006. O horário das sessões não foi agendado porque dependerá da agenda da Câmara dos Deputados, explicou Sarney, e os vetos polêmicos serão selecionados pelos líderes partidários.

– Temos, de uma vez por todas, que votar os vetos aqui pendentes de decisão. Temos vetos desde o governo Itamar Franco [1992-1995], de Fernando Henrique Cardoso [1995-2003] e de Luiz



Na presidência da sessão, Sarney pede aos líderes que apoiem decisão de limpar a pauta

Inácio Lula da Silva [a partir de 2003]. É premente a necessidade de votarmos. Não é uma semana ou duas que vai prejudicar essa determinação, mas eu solicitaria aos nossos líderes e senadores que apoiassem nossa decisão de limpar a pauta e assim não ficássemos expostos às críticas como estamos por não votarmos os vetos presidenciais – disse Sarney.

Um dos senadores que argumentaram a favor do adiamento foi o líder do PSDB,

Arthur Virgílio (AM). Para ele, o número de parlamentares presentes nas duas Casas ontem não garantiria a possibilidade de derrubar qualquer veto, uma vez que, para isso, seriam necessários 41 vetos no Senado e 257 na Câmara.

Efraim Morais (DEM-PB) foi um dos que sugeriram que a votação dos "cinco ou seis" vetos polêmicos fosse feita separadamente "dos mais de mil e poucos" vetos sobre os quais há consenso.

– Do contrário, vamos, mais uma vez, levar uma derrota aos aposentados, não tenho a menor dúvida – destacou Efraim. Ele também defendeu a adoção do voto aberto na apreciação de vetos presidenciais para que a sociedade saiba como os parlamentares estão votando.

Elogios

Vários senadores elogiaram a iniciativa de José Sarney de colocar em votação os vetos presidenciais. Um deles foi José Agripino (DEM-RN), para quem a decisão valoriza as prerrogativas do Congresso.

Durante o debate, Sarney lembrou que o senador Garibaldi Alves (PMDB-RN), quando presidiu a Casa, realizou duas sessões de votação de vetos. Garibaldi parabenizou Sarney por colocar os vetos em votação.

Constam da pauta que seria votada ontem 1.158 dispositivos de 149 projetos que receberam vetos – 40 vetos totais e 1.118 parciais. Alguns desses projetos foram aprovados pelo Congresso há mais de dez anos. O mais antigo deles é o Projeto de Lei do Senado 340, de 1991, que cria área de livre comércio em Cáceres, no Mato Grosso.

Garibaldi critica omissão diante de vetos e medidas provisórias

Ao não cumprir algumas de suas funções mais importantes, o Congresso Nacional abdica de uma parcela de suas responsabilidades que lhe cabem pelo princípio da tripartição do poder e se afasta da sociedade. Não apreciar os vetos presidenciais é uma das causas para a perda de credibilidade do Legislativo. A avaliação foi feita por Garibaldi Alves.

– Essa é matéria de tanta relevância que a Constituição dá o exíguo prazo de 48 horas

ao presidente da República para que ele comunique ao presidente do Senado os vetos e suas razões para adotá-los. Mais ainda: a Carta Magna diz que o veto deve ser apreciado em sessão conjunta, dentro de 30 dias, o que, se não ocorrer, faz com que passe a sobrestar o exame das demais proposições.

Segundo Garibaldi, o Congresso Nacional tem permitido que se acumulem os vetos do Executivo, sem examinar as razões que motivaram o presidente da

República a não ratificar o que o Parlamento aprovou.

O senador lembrou que, quando presidiu o Senado, conseguiu, com muito esforço, reunir o Congresso em duas sessões (março e abril do ano passado), quando foram examinadas 72 mensagens de vetos, com um total de 228 dispositivos vetados. Garibaldi informou que, desde 15 de dezembro de 2005, o Congresso não se reunia para apreciar vetos.

– O desinteresse dos par-

lamentares por essa tarefa é enorme. Prova disso é que desde a promulgação da atual Constituição, há mais de 20 anos, portanto, foram marcadas apenas 170 sessões para apreciação de vetos presidenciais. Dessas, 107 foram adiadas ou não se realizaram por falta de quórum, ou seja, 63% das sessões.

Garibaldi ainda lamentou que o Parlamento continue aceitando medidas provisórias que não preenchem os requisitos de relevância e urgência.



Garibaldi: ao não cumprir funções, Congresso se afasta da sociedade



"Ninguém vai saber quem votou contra ou a favor" do veto do PLV 18/06, lamenta Mário Couto

Mário Couto: voto secreto prejudicará aposentados

O senador Mário Couto (PSDB-PA) disse ontem que o voto secreto impedirá que o Congresso derrube o veto do presidente da República ao dispositivo do projeto de lei de conversão (PLV 18/06) que concede às aposentadorias o mesmo índice de reajuste – 16,67% – dado ao salário mínimo em 2006.

– Ninguém vai saber quem votou contra ou a favor; a população não vai saber, os aposentados não vão saber – lamentou.

Segundo Mário Couto, deputados e senadores, orientados por seus líderes, "vão esconder os rostos na cabine e na urna de votação" e não vão permitir a derrubada. Se o veto for mantido, frisou, "será feita a vontade do rei, e não a da população".



Papaléo é favorável à votação secreta no exame de indicações para agência reguladora

Posição do político deve ser conhecida, diz Papaléo

Papaléo Paes (PSDB-AP) defendeu mudanças na legislação de modo a pôr um fim na maioria das votações secretas no Congresso. Ele argumentou que o voto secreto permite que políticos defendam uma posição junto ao eleitorado e, ao votar em Brasília, mudem de lado.

O senador observou que algumas votações – como as de indicações do presidente da República para agências reguladoras, autarquias e embaixadas, ou de ministros de tribunais superiores – deveriam continuar secretas, evitando "troco lá na frente" por parte de grupos descontentes com o voto do parlamentar. Na opinião de Papaléo, se a votação de vetos presidenciais não fosse secreta, seria maior a chance de derrubar o que impediu o reajuste de 16,67% nas aposentadorias, em 2006.

Em aparte, o senador Mário Couto (PSDB-PA) disse que se sente "envergonhado" por votar secretamente e apoiou a ideia de acabar, pelo menos parcialmente, com as votações secretas. A mesma posição foi manifestada por Expedito Júnior (PR-RS), Epitácio Cafeteira (PTB-MA) e Paulo Paim (PT-RS).



Proposta de Efraim isenta do Imposto de Renda pensionistas e aposentados com mais de 70 anos

Efraim celebra aprovação de projeto sobre aposentados

A aprovação de projeto que isenta do pagamento do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) aposentados e pensionistas com mais de 70 anos foi comemorada por Efraim Morais (DEM-PB). A matéria (PLS 421/07), de sua autoria, recebeu decisão terminativa na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), depois de ter sido acatada pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Caso não seja apresentado recurso solicitando sua votação em Plenário, a proposta segue para a Câmara. Além da isenção para os maiores de 70 anos, o projeto prevê uma redução escalonada no pagamento do IRPF, começando com 20% de desconto para os maiores de 66 anos. Já no mês em que o beneficiado completar 67 anos, esse desconto sobe para 40%, chegando aos 60% aos 68 anos e 80% aos 69 anos. O senador disse que irá procurar os deputados para que a matéria seja votada ainda este ano e possa já entrar em vigor no ano que vem.

Efraim também parabenizou o presidente do Senado, José Sarney, por ter adiado para a semana que vem a sessão do Congresso que votará os vetos presidenciais.



Rosalba lembra que índice de matrícula na pré-escola é de 17%

Rosalba defende mais recurso para creche e pré-escola

Ao afirmar que o Brasil jamais será forte se não ampliar a qualidade de suas escolas públicas, Rosalba Ciarlini (DEM-RN) observou que uma das condições fundamentais para a melhoria do ensino público é aumentar os investimentos nas creches e pré-escolas. A senadora defendeu o direito de todas as crianças do país começarem sua vida escolar com qualidade.

Rosalba Ciarlini lembrou que apenas 17% das crianças brasileiras na fase da pré-escola conseguem se matricular.



Fátima Cleide ressalta importância da iniciativa do governo de Brasília

Cultura indígena fará parte da educação no DF

As secretarias de Educação e de Cultura do Distrito Federal assinaram acordo de cooperação para a introdução da cultura indígena na educação básica. A cerimônia ocorreu no dia 15 de abril, no Memorial dos Povos Indígenas, durante a abertura da programação da semana dedicada ao Dia do Índio. O registro foi feito por Fátima Cleide (PT-RO).

A senadora comentou ainda opinião da professora indígena Roseli Fernandes, de que os não indígenas continuam a receber uma educação geral que acaba reproduzindo e ampliando preconceitos e estereótipos em relação aos povos indígenas

Em audiência pública na Comissão de Educação, ministro diz que proposta em exame na Câmara permitirá, se aprovada, elevar o país a patamares das nações desenvolvidas

Haddad: pré-escola poderá ser universalizada até 2014

O BRASIL PODERÁ atingir a universalização da pré-escola até 2014. A previsão é do ministro da Educação, Fernando Haddad, que participou ontem de audiência na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). Ao apresentar aos parlamentares os resultados do trabalho de sua pasta, o ministro afirmou que o fim da Desvinculação de Receitas da União (DRU) da educação, previsto em proposta (PEC 277/08) que tramita na Câmara dos Deputados, permitirá investimentos que elevarão o país a patamares das nações desenvolvidas.

– Mantido o ritmo atual, a pré-escola estará universalizada em 2014 – anunciou o ministro, informando que a meta estava inicialmente prevista para ser atingida em 2021. No debate, a senadora Ideli Salvatti (PT-SC) manifestou preocupação com a aprovação da PEC, devido ao acréscimo de emendas na Câmara dos Deputados.

Ministro afirma que metas têm sido cumpridas

Todas as metas anunciadas em 2007 relacionadas ao Plano Nacional de Educação têm sido cumpridas “rigorosamente em dia”, afirmou ontem o ministro Fernando Haddad.

– Está tudo sendo cumprido: construir 500 escolas e creches ao ano; formar 10 mil mestres e doutores ao ano; dobrar o número de vagas nas universidades federais; entregar as cem primeiras das 214 novas escolas técnicas, prometidas para 2010; e implantar o piso nacional para o professor, que entrará em vigor a partir de janeiro de 2010 – anunciou aos parlamentares da CE.

O presidente da CE, Flávio Arns (PT-PR), lembrou que o debate de ontem foi o último de uma série de três, realizados para ouvir individualmente os ministros da Educação, da Cultura e do Esporte, sobre os programas prioritários, metas e recursos orçamentários para os respectivos ministérios. Arns destacou a importância do apoio do Senado às pastas.

Haddad anunciou compromisso do Ministério do Planejamento de que a redução da DRU de 20% para 12,5% em 2009, prevista pela PEC, será retroativa a janeiro de 2009.

Emenda 29

Em resposta a preocupação de Rosalba Ciarlini (DEM-RN) referente ao atendimento à educação infantil, o ministro disse que o Fundeb deverá financiar esse

segmento, enquanto o Programa Pró-Infância deverá promover a ampliação da rede física de ensino. Admitiu, no entanto, a necessidade de ampliar recursos para creches. Para o ministro, a solução pode estar na regulamentação da Emenda 29, que destina recursos à saúde.

Já Sérgio Zambiasi (PTB-RS) destacou o auxílio do MEC à reestruturação da Universidade Luterana do Brasil (Ulbra).



À mesa, ao lado de Flávio Arns, Fernando Haddad (E) debate com senadores

Cristovam apoia unificação de vestibular

A proposta do governo de unificação do vestibular para as universidades federais foi elogiada ontem pelo senador Cristovam Buarque (PDT-DF). O comentário foi feito diretamente ao ministro Fernando Haddad.

Fátima Cleide (PT-RO) criticou o fato de a propaganda institucional do Plano Nacional de Educação (PNE) não mencionar a Conferência Nacional da Educação (Conae), segundo ela, “a conferência mais aguardada pela sociedade”.

Ideli Salvatti (PT-SC) questionou o ministro a respeito da padronização dos uniformes das escolas públicas de Santa Catarina. Haddad afirmou que haverá licitação, por meio de pregão, para a aquisição do vestuário.

Marcelo Crivella (PRB-RJ) elogiou Haddad por sua atuação no ministério.

“Melhora depende de qualidade em todo o país”

O ministro Fernando Haddad afirmou não ser possível melhorar a qualidade da educação no Brasil sem levar em conta a equidade, que só será atingida, de acordo com ele, se o ensino público no país obtiver o mesmo nível de qualidade em todas as regiões.

A afirmação foi feita em resposta ao senador Roberto Cavalcanti (PRB-PB), que também manifestou preocupação com o hábito da “leitura relâmpago”, provocado pela internet. Sobre o assunto, o ministro da Educação apresentou dados segundo os quais, após dois anos de conexão dos laboratórios de informática à internet nas escolas públicas, houve uma melhora de 10% no aproveitamento escolar dos estudantes.

Cristovam Buarque sugeriu a criação de um programa em que o alfabetizador fosse pago por aluno alfabetizado. A um custo, conforme o senador, de R\$ 500 milhões, em quatro anos o analfabetismo seria reduzido em dois ou três pontos percentuais.

Flávio Arns pede mais diálogo entre pais e filhos

O senador Flávio Arns (PT-PR) fez uma reflexão a respeito do valor da família e da necessidade de um bom relacionamento entre pais e filhos, com diálogo e proximidade. Ele frisou em Plenário a importância de o pai estar disponível para os filhos e o quanto é imperioso para os chefes de família deixar um pouco de lado “a aquisição de bens” e valorizar “a relação de dependentes”, conforme designação contida no formulário do Imposto de Renda (IR).

Seu pronunciamento baseou-se em um texto que circula na internet e é atribuído ao jornalista mineiro Hélio Fraga, que relata sua experiência de “pai moderno”, que passa a vida lutando para acumular bens e garantir o futuro de sua família e se esquece do agora, renunciando ao presente, não participando de detalhes da vida de seus filhos, levando trabalho para casa e vendendo férias em vez de estar com a família.

O campo “bens a declarar” do IR não pode ser priorizado, pois “o que realmente conta está na relação de dependentes”, diz o texto lido por Arns.



Viagem do senador ao interior foi acompanhada por outros políticos

Flexa Ribeiro visita municípios, que reclamam do FPM

Em pronunciamento, Flexa Ribeiro (PSDB-PA) registrou visitas que fez nas duas últimas semanas a municípios paraenses, na companhia do senador Mário Couto (PSDB-PA) e de deputados federais e estaduais. O parlamentar explicou que o objetivo era discutir as necessidades emergenciais dos municípios, cujos dirigentes foram unânimes em criticar a diminuição dos repasses do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), em decorrência da desoneração fiscal concedida pelo governo a setores econômicos.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral do Senado: José Alexandre Lima Gazíneo
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por José Sarney • Mão Santa • Expedito Júnior • Marconi Perillo • Antônio Carlos Valadares • Serys Slhessarenko

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira
Edição: Marco Antonio Reis e Raíssa Abreu

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Davi Emerich (61) 3303-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Rafael Faria
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Fernanda Vidigal, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Pedro Pincer
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino
Arte: Cirilo Quartim, Claudio Portella, Diego Jimenez e Oscar
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3303-3332
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3303-3333
Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP



Valadares: crise pode impactar Metas do Milênio determinadas pela ONU

Valadares pede a governos atenção à extrema pobreza

Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) pediu mais atenção dos governos da América Latina, e do Brasil em particular, à extrema pobreza. O senador citou estudo do Banco Mundial no qual a instituição se mostra preocupada com as metas de combate à pobreza dos países da região, em virtude da crise econômica mundial.

As dificuldades geradas pela crise, acrescentou, podem impactar as Metas do Milênio determinadas pela Organização das Nações Unidas (ONU). Valadares disse que a extrema pobreza atingia 22% da população latino-americana em 1980, passando a 26% em 1990 e recuando para 21% em 2007.

O senador informou que o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) recomenda a adoção de políticas públicas para criação de empregos, como também investimentos em segurança pública e na construção civil.

Documento será referência para futuros debates

Ao apresentar propostas legislativas para os diversos setores de infraestrutura, o relatório final da Subcomissão Temporária dos Marcos Regulatórios oferece referências para debates a serem realizados no Senado, afirmou Delcídio Amaral (PT-MS).

O senador lembrou que um dos assuntos tratados pelo documento é energia – envolvendo itens como petróleo, gás, biocombustíveis e licenciamento ambiental para a construção de hidrelétricas. Ele destacou ainda, entre os temas, as telecomunicações, os sistemas de transporte rodoviário e ferroviário, a aviação civil e os portos.

Delcídio Amaral lembrou ainda o lançamento, hoje, das obras de pavimentação da Rodovia Sul Fronteira, “um velho sonho de toda a região de fronteira com o Paraguai viabilizado, entre outros fatores, pela tramitação recorde da matéria que liberou mais de US\$ 28 milhões para as obras”.



Relatório traz propostas legislativas para diversos setores, afirma Delcídio

Desconto seria de 20% quando o beneficiário completar 66 anos; de 40%, aos 67 anos; de 60%, aos 68; de 80%, quando atingir os 69; e isenção total ao completar 70. Proposta teve decisão terminativa e deve seguir para a Câmara

Isenção progressiva do IR a aposentado passa na CAE

APOSENTADOS E PENSIONISTAS de todos os regimes previdenciários do país podem passar a contar com descontos progressivos do Imposto de Renda Pessoa Física ao completar 66 anos, com isenção total quando atingirem 70 anos. A medida, extensiva aos militares reformados ou transferidos para a reserva remunerada, está prevista em projeto aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Apresentada pelo senador Efraim Morais (DEM-PB), a proposta (PLS 421/07) prevê cinco faixas de progressividade de isenção: de 20%, a partir do mês em que o contribuinte completar 66 anos; 40%, a partir de 67 anos; 60%, aos 68 anos; 80%, quando atingir 69 anos; e, finalmente, isenção total ao completar 70 anos. O benefício valerá apenas para a faixa de rendimentos de até R\$ 3.800.

O texto foi relatado na CAE pelo senador Cícero Lucena (PSDB-PB).

Como recebeu decisão terminativa, o projeto deve agora seguir diretamente para exame na Câmara dos Deputados.

Benefícios atuais

O texto prevê alguns ajustes para evitar que os contribuintes beneficiados pela proposta venham a perder os descontos já previstos na legislação do Imposto de Renda, incidentes sobre a faixa de renda mensal que vai até R\$ 1.434,59, neste ano, e de R\$ 1.499,15, em 2010. Atualmente, portadores de determinadas doenças, aposentados e pensionistas acima de 65 anos e militares reformados ou transferidos para a reserva podem ser isentos do pagamento do Imposto de Renda.

Para Efraim Morais, os des-

contos já oferecidos são totalmente insuficientes diante dos altos custos de manutenção da saúde para os indivíduos que alcançam a terceira idade. “A inovação que a proposta traz em relação a outras que têm sido examinadas no Congresso é a gradação. A partir de 66 anos, acompanhando o fato de que cada vez mais se torna onerosa a assistência à saúde, a isenção aumenta gradualmente até se tornar integral aos 70 anos”, justifica.

A proposta mereceu elogios, embora alguns senadores tenham registrado a falta de informações sobre o impacto fiscal das isenções. Apenas Renato Casagrande (PSB-ES) não votou pela aprovação, optando pela abstenção. Conforme disse, ele se sentia impedido de votar por ser um provável beneficiário da proposta no futuro.



Presidida por Garibaldi Alves (à esq.), a CAE aprova ainda recomendações de subcomissão sobre infraestrutura

Relatório sugere regras para marcos regulatórios

A Comissão de Assuntos Econômicos aprovou ontem o relatório final da Subcomissão Temporária da Regulamentação dos Marcos Regulatórios. O parecer elaborado pelo senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), atual presidente da CAE, reúne sugestões de propostas legislativas para 14 setores de infraestrutura. A matéria vai ao Plenário.

Instalada em abril de 2007, a partir de requerimento de Delcídio Amaral (PT-MS), que a presidiu, a subcomissão ouviu mais de 50 especialistas. O relatório final condensa 15 textos parciais, cujas recomendações buscam incentivar a atração de investimentos e a eficiência econômica em cada um dos setores estudados.

Questões de ordem tributária aparecem entre as medidas propostas em diversos setores, como no de energia elétrica, no qual se sugere aos legisladores que tentem evitar o aumento da carga por uma eventual unificação de tributos.

Entre as recomendações para o setor de aviação civil, destaca-se a proposta de retirada de funções alheias à regulação e à fiscalização da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac). O único marco regulatório em vigor considerado suficiente foi o do setor de saneamento básico.

Na condição de vice-presidente da subcomissão, Eliseu Resende (DEM-MG) lamentou a dificuldade de entendimento sobre o papel das agências reguladoras até entre os indicados para dirigi-las. Segundo revelou, muitos candidatos têm dificuldade em responder, na sabatina, inclusive sobre a atuação da agência para a qual foram indicados.

Senadores consideram alto o custo das casas populares

Entre elogios e críticas ao programa Minha Casa, Minha Vida, alguns senadores consideraram muito alto o custo unitário de construção das moradias – R\$ 35 mil – durante debate, ontem, na Comissão de Assuntos Econômicos. O programa do governo federal pretende construir 1 milhão de casas populares no país, com o emprego de R\$ 35 bilhões.

– A previsão do governo é muito boa para empreiteiros, mas dá para fazer casas com metade desse valor. Eu tenho o direito de alertar para que esse valor seja recalculado, senão vamos fazer a festa de muitas empreiteiras – disse Osmar Dias (PDT-PR).

Por sua vez, Marcelo Crivella (PRB-RJ) salientou que o preço de construção das moradias do programa é de R\$ 1 mil por metro quadrado, quando o valor aceitável para habitações populares seria de até R\$ 500.

– O senador [Osmar Dias] tem razão: o preço está mesmo caro e precisamos rever isso com cuidado – frisou o parlamentar.

Efraim Morais (DEM-PB) disse esperar que o anúncio da construção de 1 milhão de casas não seja mais um “estelionato político”. Cícero Lucena (PSDB-PB) observou que, devido à especulação imobiliária, os terrenos nos grandes centros são caros, o que pode dificultar a execução do programa, ao contrário do que acontece nos pequenos municípios.

O debate ocorreu depois de solicitação de Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) para adiamento de proposta (PLS 2/06) de Cristovam Buarque (PDT-DF) que garante o repasse ao Fundo Nacional da Habitação de Interesse Social de parte dos lucros da Caixa Econômica Federal.

Comissão aprova benefício a radioamadores

A compra de aparelhos para radioamadorismo, importados ou adquiridos por radioamador participante da Rede Nacional de Emergência de Radioamadores (Renex), poderá ser isenta dos impostos de importação e sobre Produtos Industrializados. O benefício será concedido uma única vez, a cada cinco anos, conforme projeto (PLS 249/03) de Garibaldi Alves (PMDB-RN) aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos.

A pedido de Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), foi adiada a votação de projeto (PLS 238/06) de César Borges (PR-BA) que prorroga por mais dez anos a não incidência do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante sobre mercadorias cuja origem ou destino final sejam portos das regiões Norte e Nordeste.

Também foi adiada a votação de projeto (PLS 340/07) de Papaléo Paes (PSDB-AP) que estabelece a dedução, da base de cálculo do Imposto de Renda Pessoa Física, de pagamentos a profissionais e estabelecimentos de atividade física por exercícios praticados por recomendação médica.

Adiada votação de projeto sobre concessionárias

A CAE decidiu adiar a votação de proposta que obriga concessionárias e permissionárias de serviços públicos a publicar demonstrações financeiras nos mesmos padrões das sociedades por ações, apesar do amplo apoio dos senadores à proposta (PLS 434/07). A decisão foi tomada para permitir a comparação, para possível tramitação conjunta, do projeto de Marcelo Crivella (PRB-RJ) com outro, de Osmar Dias (PDT-PR), que se encontra na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Osmar Dias garantiu que o projeto em discussão na CAE é absolutamente idêntico ao que apresentou em 2003.

Foi também adiada, após pedido de vista coletivo, a votação de projeto (PLS 331/06) que garante condições mais vantajosas de acesso, em favor de municípios com baixo índice de desenvolvimento, a programas federais de saneamento básico ou de construção de habitações de interesse social. A proposta foi apresentada pela então senadora Roseana Sarney (PMDB-MA).

Comissões de Reforma Agrária e de Meio Ambiente realizaram debate sobre medida provisória, ainda em tramitação na Câmara, que legaliza ocupações em áreas da União

Regularização de terras na Amazônia gera controvérsia

A MEDIDA PROVISÓRIA que regulariza ocupações em terras da União na Amazônia Legal pode não resolver os conflitos fundiários e ainda estimular a degradação ambiental, na visão de representantes da sociedade civil e do meio acadêmico que participaram de audiência ontem nas comissões de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA). No mesmo debate, representantes do gover-

no rebateram as críticas, dizendo que a regularização reduzirá conflitos, promoverá a inserção produtiva dos assentados e o acesso às políticas públicas. Nos cálculos do governo, cerca de 300 mil famílias poderão ser beneficiadas. A discussão nas duas comissões durou quase cinco horas.

A Medida Provisória 458/09 está em análise da Câmara dos Deputados e em seguida será encaminhada para exame dos senadores. A iniciativa para a

audiência foi do senador João Pedro (PT-AM).

Marina Silva (PT-AC) propôs que a regularização fundiária seja limitada a propriedades de até quatro módulos fiscais (cada módulo tem em média 76 hectares), o que abarcaria 90% das propriedades e representaria apenas 10% das terras.

Gilberto Goellner (DEM-MT) defendeu a criação de uma autarquia para promover a regularização fundiária em todo o território nacional.



Valter Pereira (E), Casagrande, Anaximandro e Guedes avaliaram proposta que pode beneficiar 300 mil ocupantes de terras

Contag pede que governo anule MP e envie projeto

O representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Lázaro Dobri, pediu que a MP 458/09, que trata da regularização fundiária na Amazônia, seja revogada e que o governo elabore um projeto de lei com base em discussão do tema com a sociedade e o Congresso.

– Não somos contra a regularização fundiária na Amazônia, mas queremos discutir a forma como está sendo conduzida. Um processo complicado como esse, que acumulou problemas

e conflitos ao longo da história do país, não pode ser decidido em gabinete – salientou.

Para o representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Anaximandro Doudement Almeida, a medida provisória tem o mérito de regulamentar 90% das propriedades. No caso de propriedades acima de 15 módulos fiscais, haverá direito de preferência na licitação pública. Um módulo fiscal varia entre 35 e 100 hectares, dependendo do município.

O representante do Greenpeace, Sérgio Leitão, disse que o pacote de medidas apresentado pelo governo federal para regularizar as terras e solucionar o conflito agrário na Amazônia não difere do que o governo militar fez na década de 1970.

O pesquisador do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon) Paulo Barreto ponderou que os problemas de desmatamento e violência na região têm sua origem nas ocupações ilegais de terras públicas.

Incra adotará novo modelo de reforma agrária

Ao falar na audiência pública sobre a MP 458/09, que regulariza ocupações em terras da União na Amazônia Legal, o representante do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Carlos Mário Guedes, disse que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) não fará, nessas terras, assentamentos tradicionais, mas um novo tipo de reforma agrária, em que a função social da terra será cumprida. Ele informou que caberá ao programa Terra Legal balizar a regularização fundiária, dentro do princípio de “terra para viver e para preservar”.

Egon Krakhecke, representante do Ministério do Meio Ambiente, explicou que a MP é parte de um conjunto de medidas do governo para estruturar um novo modelo de produção agrícola, dando uma nova direção para o desenvolvimento da região amazônica. Em sua opinião, a MP atende à questão ambiental em seus preceitos fundamentais.

A ação do governo, salientou Egon Krakhecke, está organizada em torno da regulamentação fundiária e do apoio às atividades extrativas e de sustentabilidade ambiental.

Senadores querem mecanismo de controle

Apesar de considerar a MP 458/09, que regulariza ocupações em terras da União na Amazônia Legal, uma iniciativa positiva, o senador Renato Casagrande (PSB-ES) ressaltou que os parlamentares não têm como votar favoravelmente à matéria sem que o governo demonstre ter controle sobre a regularização.

Para a senadora Kátia Abreu (DEM-TO), o zoneamento econômico-ecológico que vem sendo feito na Amazônia é um instrumento importante para balizar a regularização. Ela observou, no entanto, que esse trabalho não poderá ser feito pelo Incra, “que não tem competência nem quadros para realizar esse trabalho”.

Jayme Campos (DEM-MT) disse que é preciso conceder título de propriedade àquele que tem terras trabalhadas, dando garantias a esses produtores.

Segundo Valter Pereira (PMDB-MS), o governo não deveria tratar dessa matéria por meio de medida provisória, mas de projeto de lei, para que o Congresso pudesse discutir o tema com calma.



Goellner e Serys na CRA: audiências sobre biodiesel e assistência técnica rural

Desapropriação de fazendas pode ser paga em dinheiro

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária aprovou ontem projeto que estabelece o pagamento em dinheiro, no prazo de 90 dias, na compra de terras destinadas à reforma agrária e que não atendam às hipóteses de desapropriação por interesse social.

O projeto (PLS 482/07), do senador Raimundo Colombo (DEM-SC), foi acolhido na forma de substitutivo elaborado pelo relator da matéria, Leomar Quintanilha (PMDB-TO), em decisão terminativa; ou seja, se não houver recurso para que seja examinado pelo Plenário, segue diretamente para a Câmara dos Deputados.

Colombo justificou a iniciativa assinalando que, apesar de dispor de recursos orçamentários, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) tem encontrado dificuldades para adquirir propriedades rurais utilizando os Títulos da Dívida Agrária (TDAs).

– Tais dificuldades, obviamente, emperram o aperfeiçoamento e a dinamização da política de reforma agrária que queremos – disse.

Extensão rural

A CRA também aprovou requerimentos para a realização de duas audiências públicas, encaminhados pela senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) e pelo senador Gilberto Goellner.

A audiência pública proposta por Serys se destina ao debate de políticas públicas para o desenvolvimento rural e o papel da assistência técnica e extensão rural. Para isso, serão convidados o presidente da Associação Brasileira de Extensão Rural (Asbra-



Projeto de Raimundo Colombo dá 90 dias para governo fazer pagamentos

er), José Silva Soares; o diretor do Departamento Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, Argileu Martins da Silva; o coordenador-geral da Federação Nacional dos Trabalhadores da Assistência Técnica, Aldo de Jesus Filho; e os governadores de Goiás, Alcides Rodrigues; de Mato Grosso, Blairo Maggi; e de Mato Grosso do Sul, André Puccinelli.

Na audiência proposta por Gilberto Goellner, será debatido projeto que trata da comercialização e do uso de óleo de origem vegetal como combustível para tratores, colheitadeiras, veículos, geradores de energia, motores e máquinas utilizados na atividade agropecuária. Serão convidados para o debate representantes da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP); dos ministérios da Agricultura e do Meio Ambiente; o diretor da Suner Engenharia e Biocombustíveis, Paulo de Moraes; e o pesquisador da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) Márcio Turra de Ávila.

Jayme Campos: medida torna agricultores reféns do governo

Jayme Campos (DEM-MT) advertiu em discurso no Plenário que a Medida Provisória 458/09, que possibilita a regularização fundiária de áreas com até 1.500 hectares na Amazônia, contém artigos que ferem o direito da propriedade e vão transformar os agricultores em “reféns do governo” por dez anos, já que não poderão vender a terra por esse período e ainda ficarão obrigados a cumprir com rigidez todas as leis ambientais.

Para o senador, o cumprimento da legislação ambiental é obrigação de todos os brasileiros, e não há cabimento em fazer cobranças adicionais aos donos de áreas regularizadas.

Jayme Campos acredita que a



Senador adverte que MP impede venda de terras por dez anos

exigência não passa de “aparelhamento político do Estado”. Ele considera fundamental que o Congresso corrija o que chamou de “impropriedades” que “extrapolam a essência” da proposta.